

Globethics Repository



Valor em geral e valores específicos [Value in general and specific values]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Soveral, Eduardo Abranches de, 1927-2001
Publisher	Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-07-16 06:53:28
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/224681

FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

STVDIVM GENERALE

BOLETIM DO CENTRO DE
ESTUDOS HUMANÍSTICOS

(ANEXO À UNIVERSIDADE DO PORTO)



VOLUME XI • PORTO • 1966-67

COMPOSTO E IMPRESSO NA EMPRESA INDUSTRIAL
GRÁFICA DO PORTO, L.DA — EDIÇÕES «MARANUS»
PRAÇA DA REPÚBLICA, 57 * TELEFONE, 2 05 04

FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

STVDIVM GENERALE

BOLETIM DO CENTRO DE
ESTUDOS HUMANÍSTICOS

(ANEXO A UNIVERSIDADE DO PORTO)



VOLUME XI • PORTO • 1966-67

CENPA
BIBLIOTECA

VALOR EM GERAL E VALORES ESPECÍFICOS ⁽¹⁾

O volume reúne as comunicações destinadas ao *Symposium* sobre *O Valor em Geral e os Valores Específicos* que fez parte dos trabalhos do último Congresso Internacional de Filosofia, realizado no México, de que oferece o resumo, em castelhano; são seus As. os doutores Daniel Cristoff (Universidade de Lausana), José Luis Curiel (Universidade Nacional do México), A. C. Ewing (Jesus College, Cambridge), Risieri Frondizi (Universidade de Buenos Aires), R. S. Hartman (Universidade Nacional do México) e F. J. von Rintelen (Universidade de Mogúncia) ⁽²⁾.

O tema do *Symposium* pressupõe uma homogeneidade de matéria que é, na verdade, problemática (vd. R. Frondizi, p. 89), e sem o seu esclarecimento prévio não poderão entender-se nem situar-se as comunicações que o estudam; será o que tentaremos fazer imediatamente, em breves linhas.

Pensamos que o problema central posto pelo tema é afinal o do *uno* e do *múltiplo*, complicado todavia pelo facto de se referir aos valores. Ora este problema do *uno* e do *múltiplo* (ou seja, o

⁽¹⁾ Este estudo crítico foi publicado na «*Documentacion Crítica Iberoamericana*», (Sevilha, ano III, n.ºs 6-7); a presente transcrição deve-se à gentileza do Prof. Dr. Jesús Arellano, director da referida revista. (N. da R.).

⁽²⁾ «*Symposium sobre valor in genere y valores específicos*», por Daniel Christoff, José Luis Curiel, A. C. Ewing, Risieri Frondizi, Robert S. Hartman, F. — J. v. Rintelen. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Estudios Filosóficos, 1963. 159 págs., 22 cm.;

problema que nasce do *facto* de a experiência espontânea nos oferecer uma multiplicidade de seres e da *necessidade* gnoseológica e ontológica de unificarmos essa multiplicidade) desdobra-se, como se compreende, em dois planos: o lógico e o ontológico. O primeiro considera e procura resolver a questão da multiplicidade dos conceitos, tentando explicar simultâneamente o dinamismo e a eficácia gnoseológica da Razão; o segundo considera e procura resolver a questão da multiplicidade dos seres, tentando explicar também o seu dinamismo e eficácia causal. Naturalmente que os dois planos não podem separar-se senão provisória e metódicamente, podendo dizer-se que é na diversa forma como é solucionado o problema da sua relação que as várias doutrinas filosóficas mais radicalmente se aproximam ou separam.

Correndo embora o risco de uma excessiva simplificação, diremos que Platão e Aristóteles assumiram, relativamente a este ponto, as duas posições mais contrapostas e paradigmáticas: a) o platonismo (com Plotino a doutrina adquire a maior perfeição) subordina e faz coincidir quanto possível o plano lógico com o ôntico; os conceitos, como os seres, à medida que se diversificam e individualizam empobrecem e esvaziam-se de conteúdo, e, inversamente, enriquecem conforme se aproximam da ideia de Ser, e do Uno (de registar ainda, pelo significado axiológico que apresenta, o facto de o Uno ou realidade suprema estar para lá do Ser que marca o limite ascendente da inteligibilidade); b) em Aristóteles, apesar do ponto de partida empírico e indutivo, o plano da lógica separa-se do plano ôntico e tem a primazia; são os seres concretos os de maior densidade ôntica, e, paralelamente, os conceitos individuais os mais ricos de conteúdo (todavia, os seres concretos são múltiplos e os conceitos individuais indefiníveis); sobre eles se ergue a hierarquia dos conceitos, segundo uma linha de progressivo empobrecimento, até ao conceito de Ser que é vazio. E assim se resolve o problema da multiplicidade dos conceitos — se minimizarmos as lacunas das espécies mínimas e dos géneros supremos — e do dinamismo da Razão; conhecer é aplicar uma ideia geral a um caso particular. Mas não se resolve, como se compreende, o problema da multiplicidade dos seres concretos; a dificuldade é iludida porém pela aplicação ao real das soluções encontradas na Lógica; aplicação essa que é afinal possível por ser eficaz de um

ponto de vista pragmático: os seres múltiplos unificam-se e conhecem-se, para lá de uma experiência avulsa, mercê do seu agrupamento em classes.

Este o quadro das questões levantadas pelo problema do *uno* e do *múltiplo* relativamente aos seres; e a dificuldade seguinte é a de saber se os valores podem ser também metidos nesse quadro. Mas, o que são os valores? São entidades ideais como as figuras geométricas ou as noções genéricas (a cor, por exemplo)? Ou têm um estatuto ontológico *sui generis*? E como se processa a sua apreensão? A natureza da relação cognoscitiva será apta para captar os valores, ou, pelo contrário partindo do facto de o sujeito estar aberto para a recepção de um real *dado* não comporta a atitude valorativa pois nela o sujeito pronuncia-se sobre o *direito à existência* de quanto lhe é oferecido na experiência, não sendo assim a *verdade* um valor propriamente dito?

Não nos compete aqui, como é óbvio, uma resposta a estas interrogações. Acrescentaremos só que, revelando-nos uma análise fenomenológica dos valores a sua *bipolaridade* e a sua necessária *relação hierárquica*, não parece fácil transpô-los para os planos do Ser e da Lógica, e, conseqüentemente, não parece fácil a aplicação aos valores das soluções encontradas para o problema do *uno* e do *múltiplo* nesses planos.

II

Faremos agora uma muito breve exposição e comentário crítico das comunicações apresentadas no *Symposium*, em função da problemática que acabamos de aflorar.

DANIEL CHRISTOFF (pp. 31-49).



No que respeita à noção de valor, o A. observa que a expressão *valor em geral* poderá ter vários significados, designadamente, o de princípio metafísico do dever-ser e de correlato do agradável; define os valores singulares como correlatos de certos actos de consciência (cita Scheler), esclarecendo todavia que é à consciência

global e não só a certos actos irracionais que fazem apelo; define depois os valores como traduzindo uma tensão entre o Ser e o Não-Ser e resultando de uma relação «teândrica» (cita LeSenne) entre o Homem e Deus, que tanto se desenvolve na imanência (participação) como na transcendência (obediência); a seguir observa (sugestão platónica) que os valores exprimem a distância entre a ideia e a sua realização e traduzem uma *dis-tensão* entre a presença e a ausência do Absoluto.

No que se refere à diversidade dos valores, distingue o valor supremo, que é absoluto e está para lá de todos os outros, destes últimos que, sendo absolutos também, são todavia susceptíveis de graus; distingue valores propriamente ditos de categorias de preferência; valores «definíveis», «instrumentais» ou «intermediários», que são quantificáveis e resultam de uma apreciação, dos valores «indefiníveis» ou «extremos» que são forças de motivação e fontes de apreciação. Finalmente, quanto ao problema da unidade dos valores: deverá distinguir-se entre a unidade dos valores intermediários, quantificáveis, de que os económicos, como valores de troca, são instrumentos de unificação, e a unidade dos valores extremos, esta última, obviamente, muito mais difícil de conseguir; sendo a unidade destes últimos necessariamente hierárquica o A. não apresenta um critério único para a sua erecção: ora considera a progressiva tensão entre Ser e Não-Ser (cita Dupréel), ora, referindo-se expressamente à Lógica (e anotando embora a dificuldade de os valores individuais não serem conceitos mas se designarem por termos conceituais e ainda o facto de valor em geral e valor supremo se não identificarem) admite um paralelismo entre a hierarquia dos conceitos e a dos valores, sendo porém os valores mais gerais, simultâneamente, os que subordinam maior número de valores e os que mais próximos estão do Ser, ora faz finalmente depender a hierarquia da justificação de cada valor, que entende deverá ser intrínseca e consistir, precisamente, na revelação da ordem de que deverão ser o princípio.

Em resumo: sublinhando muito embora, nas análises felizes que faz, certas características próprias da estrutura dos valores, integra-os todavia (sem suficiente justificação) na esfera do Ser,

dentro de uma perspectiva platónica; e não se compreende bem, deste ponto de vista, o paralelismo que admite entre hierarquia lógica e axiológica.

JOSÉ LUIS CURIEL (pp. 51-65).

O A. começa por fazer uma pertinente análise do acto de valorar que o conduz, depois de feita a distinção entre valor geral e valor supremo, ao problema da fundamentação da hierarquia dos valores que pretende resolver dentro de uma posição neo-platónica (cita a noção de hierarquia do Ps. Dionísio Areopagita); o fundamento ontológico dessa hierarquia será o Ser «sobressencial» cuja Bondade levou à criação e continua a oferecer aos seres limitados a sua Infinitude. É a *participação* (cita Platão) que explica as relações do Bem com o Ser e com as outras Ideias.

Depois de observar que, além dos valores que se lhe oferecem, também o próprio sujeito axiológico é um valor, considerara não bastar uma hierarquia objectiva de valores para ser possível a valorização tornando-se necessário admitir ainda um Juiz Infalível (o Valor Supremo entendido como Pessoa). Propõe finalmente à análise fenomenológica a tarefa infidável de esclarecer e desdobrar em valores individuais os valores específicos.

Conclusão crítica: a) embora sugestiva, não parece suficientemente fundada a posição neo-platónica; b) não se vê como, dentro dessa posição, possa admitir-se um paralelismo entre as hierarquias lógica e axiológica; c) afigura-se-nos restrito o papel atribuído à fenomenologia dos valores; pensamos que ela servirá principalmente para uma análise da estrutura do sujeito axiológico e dos actos de valorização, para uma inventariação dos valores e das constelações de valores que se revelam ao homem, e para a determinação da estrutura que apresentam.

A. C. EWING (pp. 67-88).

O A. aborda o tema por meio da análise da linguagem e verifica que o termo *bom* pode receber um significado único (variando assim

nas coisas boas outras características que não a sua *bondade*) ou vários significados.

E reflectindo sobre essa matéria de facto conclui: a) que a concepção naturalista, identificando bondade com prazer, é inaceitável pois quando, por exemplo, dizemos que Deus é bom e que é bom o cheiro de uma rosa queremos obviamente significar coisas diferentes; b) que não deveremos, como Moore, renunciar a definir o termo, atribuindo-lhe todavia um único significado, mas, pelo contrário, renunciar a uma unificação dos valores se não conseguirmos uma definição de *bom* que abarque género e espécies. Este pois o grande problema que o A. procura resolver utilizando os processos adequados à análise da linguagem. Chega à seguinte solução: «*bom é o que deve ser objecto de atitude favorável*»; este sentido genérico vai-se especificando conforme: a) o objecto da atitude favorável é meio ou fim; b) o «dever-ser» é racional ou moral; c) as características fácticas daquilo que se considera bom. No seguimento destas investigações chega o A., entre outras, às seguintes conclusões de interesse: a) o *bom racional* e o *bom moral* relacionam-se de forma alternativa, e assim, quando um se não encontra, está o outro presente; b) há valores morais específicos, muito embora todos os valores apresentem um significado moral; c) dificilmente poderão considerar-se como *bons* os valores intelectuais; d) os valores estéticos especificam-se substituindo na definição genérica «*atitude favorável*» por «*contemplação admirativa*».

Conclusão crítica: a comunicação apresenta observações positivas dentro do processo metódico utilizado; pensamos contudo que a análise da linguagem só tem interesse filosófico e científico na medida em que se aproxima da análise fenomenológica; repare-se como, assim abordados, se iludiram os problemas gnoseológico e ôntico da unidade e da diversidade dos valores.

RIZIERI FRONDIZI (pp. 89-97).

O A. considera o tema do *Symposium* enganador porque pressupõe uma homogeneidade que se não verifica. Define os valores como objectos intencionais da valorização e entende que só a experiência pode captá-los; por isso o valor *in genere*, que a experiência

não aprende, não é um valor mas um conceito; a mesma experiência revela, como pretende Moore, que os valores são qualidades especiais que não podem reduzir-se às qualidades tradicionalmente determinadas nas coisas, mas delas dependem.

Entende que o problema da conceptualização dos valores é idêntico ao da conceptualização de outras qualidades, mas sublinha que o problema da relação entre os valores tem um maior interesse prático, e, referindo a circunstância de eles terem, simultaneamente, uma certa autonomia (por ex. os estéticos) e uma necessária relação, esclarece que essa relação nem sempre significa conflito e sacrifício de uns a outros, pois pode significar também concordância e equilíbrio. Revelando-nos todavia a História, por um lado, que a tábua de valores varia, e verificando-se, por outro, que a tentativa da sua determinação *a priori* (Scheler) é inviável por comprometer a autonomia valorativa — a solução para esse problema nuclear da determinação de uma tábua objectiva apresenta-se extremamente difícil; embora não chegue a nenhuma solução, o A. sublinha que a ruína do apriorismo não é uma justificação indirecta do empirismo e indica a História e a Antropologia Filosófica como constituindo os domínios onde ela deverá ir buscar-se.

Comentário crítico: a) pensamos que só a distinção entre os sistemas parciais e o ordenamento global dos valores (que o A. não faz) poderá esclarecer-nos quanto às suas relações de convergência e de conflito; só o ordenamento global, que confere aos valores a sua dimensão ética, impõe necessariamente relações hierárquicas de subordinação, e, portanto, de conflito potencial; b) não nos parece que uma determinação *a priori* da tábua dos valores, no caso de ser possível, comprometa a autonomia do sujeito na valorização; além da delicada aplicação dessa tábua aos casos concretos (para cuja fundamentação José Luis Curiel considera necessária a existência de um Juiz Infalível, como vimos) o Homem guardaria sempre a autonomia da sua vontade, ou seja, guardaria sempre a possibilidade de dizer *não*, ou dizer *sim*, a essa hierarquia objectiva.

ROBERT S. HARTMAN (pp. 99-133).

O A. distingue entre generalidade e especificidade categoriais e axiomáticas, sendo as primeiras, mais vagas, postas pela Filosofia, e as segundas, mais precisas, características da Ciência. Considera a Ciência como uma elaboração axiomática do *Facto* e distingue neste três níveis correspondentes aos *facto* formal, teórico e material.

O primeiro é o das estruturas formais tratadas pelas matemáticas; no segundo dá-se a diversificação das ciências; o terceiro é o plano onde surgem os fenómenos naturais. Assim, haverá uma *especificidade formal* (deduções a partir dos axiomas) *teórica* (as várias ciências e suas relações) e *material* (as situações e *argumentos* em que se aplicam as ciências teóricas). Nestes três níveis se verifica pois um enriquecimento do *Facto*, um movimento do geral para o particular e deste para o singular. Sendo a esfera do Ser coincidente com a esfera do *Facto*, as disciplinas do Ser serão as ontologias filosófica e científica; também aí haveria um processo de enriquecimento do Ser segundo uma escala crescente de *intensão* (ou concreção) e uma escala decrescente de *extensão*; esta escala porém só seria exacta se o estatuto de um ser (ou *facto*) particular e de um ser (ou *facto*) singular pudesse ser medido dentro dela pelo grau da sua intensão e extensão; mas, diz o A., nem Platão nem ninguém depois dele conseguiu uma escala que permitisse a rigorosa aplicação dessas coordenadas, pois tal exactidão pressupõe uma *definição* de *Facto* que dê origem a um sistema isomórfico com o campo fenoménico (dos seres ou *factos*) ou seja, não uma categoria (que é própria da Filosofia e onde intensão e extensão variam em sentido inverso) mas um axioma (que é próprio da ciência onde essas dimensões se relacionam em proporção directa e o *facto em geral* é uma variável de que os *factos* particulares e singulares são valores). Ora, segundo o A., tudo o que acaba de dizer-se se aplica à esfera dos valores; assim, o *valor em geral* é aquela variável cujos valores lógicos são valores axiológicos e o axioma do Valor obtém-se a partir da fórmula de Moore («Há duas proposições verdadeiras sobre a *Bondade*: 1) que ela depende inteiramente das propriedades intrínsecas (descritivas) daquilo

que a possui; 2) que ela não é, apesar disso, uma propriedade intrínseca».), interpretada da seguinte forma: a bondade é uma propriedade das propriedades das coisas boas e portanto as coisas só são boas se (e na medida em que) tiverem todas as suas propriedades, ou seja, *«uma coisa só é boa se satisfaz a intensão do seu conceito»*. Este pois o axioma de uma Axiologia formal que terá o mérito de relacionar os valores com uma noção lógica básica (a de condição de membro de uma classe) e permitir assim o seu tratamento em termos de lógica formal. Ocupando-se seguidamente da especificidade axiológica em cada um dos três níveis em que pode ser considerada (valor em geral — Axiologia formal; valores plurais — Axiologia teórica; valorizações — Axiologia aplicada) conclui pela existência de valores específicos formais, teóricos e materiais. As deduções do axioma do Valor tais como aquelas que respeitam à relação facto-valor (o grau de valor depende do número de qualidades das coisas boas) e à racionalidade dos valores (só são possíveis valores se o mundo for intelegível) dão-nos a especificidade axiológica formal. Por outro lado, e uma vez que os valores são entendidos em termos de conjuntos de predicados, pode aplicar-se-lhes a lógica dos conjuntos, pelo que, sendo três as formas possíveis de conjunto (finitos — conceitos formais; infinitos numeráveis — categorias; infinitos não-numeráveis — conceitos singulares) são três também as espécies de valor que lhes correspondem, respectivamente: valores sistemáticos, extrínsecos e intrínsecos. A especificidade teórica, por sua vez, resulta da realização destas três espécies de valores em pessoas individuais e colectivas, coisas singulares e agrupadas, conceitos e palavras. (Por exemplo, a realização de valores intrínsecos naqueles diversos objectos verifica-se respectivamente nos domínios da Ética, das Ciências Políticas e Sociais, da Estética, das Ciências da Civilização e da Teoria da Literatura). Quanto à especificidade material, que resulta da aplicação das várias ciências axiológicas às innumeráveis situações concretas de valorização, ocupa-se dela o A. fazendo uma análise da prova da existência de Deus de St. Anselmo e da «prova do infinito valor da pessoa humana»; conclui que ambas são consistentes, muito embora a primeira seja incompleta e unicamente válida no domínio da Axiologia formal.

Conclusão crítica: o quadro traçado pelo A. é muito sugestivo, rigoroso e completo, dentro das perspectivas gnoseológicas de um positivismo crítico. Pensamos todavia que tais perspectivas não permitem apreender o que há de característico nos valores. Levantaremos só duas objecções principais: a) adopção dogmática da *quantidade* como critério de conhecimento, e, consequentemente, desvalorização do conhecimento filosófico relativamente ao científico e primazia das ciências formais; b) confusão, por virtude desse dogmatismo metodológico, dos planos do Ser e do Valor.

FRITZ-JOACHIM VON RINTELEN (pp. 135-159).

O A. entende, dentro de uma perspectiva fenomenológica, que o mundo dos valores não pode ser abordado com preconceitos.

E partindo do facto da diversidade dos valores conclui que é de pressupor a existência de um valor genérico ainda que não definível (cita Platão, Hartmann e Moore) mas só determinável na experiência e susceptível de mera descrição. Assim, a experiência mostra-nos que o Valor é uma significação qualitativamente determinável que se afirma como meta de um empenho consciente ou inconsciente e pode ser alcançado em diversos graus. Sendo uma meta da acção, o Valor é real (ou melhor, realizável) e não imaginário; é precisamente quando realizado que se torna existente. Poderá todavia falar-se de valores em geral, da mesma forma que nas ciências se fala de coisas em geral. O A. termina o seu estudo com a descrição dos seguintes valores específicos: económicos, políticos, culturais, estéticos, éticos e religiosos.

Conclusão crítica: pensamos que a descrição fenomenológica só adquire um significado gnoseológico definitivo quando se apoia numa teoria da experiência fundamentada filosoficamente.

EDUARDO ABRANCHES DE SOVERAL